

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT01.060](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT01.060)

OS DESAFIOS À META 14 DO PME (2015-2025) EM MUNICÍPIO DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Maria Aparecida da Silva Izídio

Mestra em Letras – UPE. E-mail: aparecidaizidio01@gmail.com;

André Monteiro Moraes

Doutorando em Educação – UFRN. E-mail: andre.monteiro063@gmail.com ;

RESUMO

O avanço técnico-científico é elemento propício do estágio atual do sistema vigente e isso faz com que estruturas econômicos-sociais e suas relações sejam moldadas e conduzidas pela lógica da qualificação profissional. O mundo do trabalho acaba sendo afetado pelas mudanças em que se exige mais qualificação em detrimento do (in)sucesso profissional. A dualidade da questão formação humana dá-se, aqui, pela falta de consenso em operacionalizar o atendimento às demandas emergentes do anseio do trabalhador e às necessidades de produção. Com isso, a formação docente no Brasil, é tema recorrente em diversos trabalhos e discussões acerca do perfil profissional e do fazer pedagógico, sendo necessário elucidar questões que vão além de investimentos empregados para que o docente possa ter garantia de uma formação continuada capaz de aprimorar sua prática e melhorar a qualidade do ensino ofertado no país. O estímulo à participação nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular aqueles ligados ao campo da educação e das ciências, por exemplo, é uma estratégia do Plano Municipal de Educação de São José do Egito – PE (PME-SJE), para cumprimento da Meta 14 que visa incentivar as matrículas de modo a atingir a titulação de 8 mestres e 1 doutor, no município, no prazo de vigência do PME-SJE (2015-2025). Sendo assim, objetivamos analisar

o percentual de contribuição do município para o cumprimento da meta nacional que visa elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores. Para efetivação da análise foi realizada pesquisa documental ancorada nos dados na plataforma do PNE em Movimento do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC e no PME-SJE. A partir da análise documental, de referenciais teóricos e das estratégias e ações propostas pelo município já é perceptível o cumprimento total da meta quanto à elevação de titulação de mestres no primeiro quinquênio de vigência do PME-SJE (2015-2025), sem, no entanto, dialogar com as proposições contidas nas estratégias relegando unicamente ao professor a busca pela sua qualificação profissional.

Palavras-chave: Plano Municipal de Educação. Qualificação Profissional. Pós-graduação.

INTRODUÇÃO

As relações sociais e de trabalho constroem o ser humano na medida em que os indivíduos convivem e direcionam suas ações de atuação no mundo, com essa perspectiva o presente trabalho objetiva analisar o percentual de contribuição do município para o cumprimento da meta nacional que visa elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores. Tal contribuição garantirá melhor qualificação profissional docente e, conseqüentemente, trará melhorias significativas para a educação ofertada nas esferas federal, estadual e municipal, elevando os níveis de escolaridade e garantindo o atingimento das metas do Plano Municipal de Educação.

Para embasar as discussões levantadas neste trabalho realizamos revisão e análise bibliográfica, com o método de cunho qualitativo e quantitativo com contribuições teóricas que atualizam os conhecimentos acerca de trabalho, formação docente, qualificação profissional e estratégias eficazes que garantem o cumprimento das metas. As análises de dados e as discussões no decorrer do texto tiveram como fundamentação teórica as contribuições do método crítico dialético que possibilitam melhor apreensão do real. O Método em Marx, enquanto processo investigativo e de exposição do objeto só pode ser exposto depois de ser investigado, analisado, criticamente em suas determinações essenciais. Portanto, ele, para nossa compreensão, é o que melhor se aplica às análises das situações da realidade.

A análise dos dados e das bibliografias acabaram por nos fornecer dados que demonstram que o professor é o principal fomentador de sua formação profissional, não aparecendo nos dados oficiais informações que demonstrem que os investimentos na área da educação são suficientes para garantir a oferta de cursos de qualificação em nível *stricto sensu*.

Para ilustrar ainda, com mais detalhes, o cenário educativo, é preciso reiterar que a realidade atual traz diversos problemas no que concerne ao fazer ciência, ao produzir conhecimento científico porque os agentes envolvidos estão sujeitos a perpetuar os ideais

da ordem do sistema vigente, sendo imprescindível ao indivíduo que visa mudar esta realidade buscar superá-la com eloquente criticidade direcionada ao modelo educacional contemporâneo.

Com a responsabilização pela qualidade do ensino sendo direcionada ao professor, este, por sua vez, estabelece, automaticamente, maiores exigências sobre seu trabalho com habilidades especializadas, porém, para que consiga ofertar esse ensino com a qualidade que lhe é pertinente acaba por investir recursos próprios para ter acesso a programas de cursos e pós-graduação que deveriam elevar o conhecimento científico que, muitas vezes, não garante a efetiva qualidade do ensino ou, em alguns casos, não tem o reconhecimento necessário para a validação do título ao qual o professor almeja.

Percebemos, em linhas gerais, que promover educação de qualidade requer investir no profissional que atua na linha de frente da oferta do ensino - o professor. Fechar essa premissa, no entanto, não nos traz dados que satisfaçam o pensar numa educação de qualidade social, tendo em vista a precariedade dos investimentos e o não cumprimento da meta 14 do PME, sendo essa, uma dentre tantas outras metas que seriam cumpridas com a adequada utilização dos recursos públicos.

Apreendemos nesse estudo que as tentativas de qualificação profissional dos professores de São José do Egito - PE partiram do particular para o particular e não do geral para o particular, como deveria ser. O Estado não foi impulsionador para valorização profissional da categoria, embora não tenha negligenciado o direito à progressão. O que nos alerta para o fato de que enquanto este for defensor da ideologia da classe dominante o que cai para a classe trabalhadora é o mínimo, é o reconhecimento individual e o preva-
lecimento da conquista pontual.

METODOLOGIA

Como metodologia para análise bibliográfica, de cunho quanti-qualitativo, trouxemos contribuições teóricas de diversos autores de renome nas áreas abordadas. Para a discussão sobre produção do conhecimento utilizamos as discussões Karl Marx (2008), Carlos Nelson Coutinho (2008), Lowy (2008), entre outros. Na

sistematização de informações sobre qualificação profissional recorreremos a Saviani (1994), Kuenzer (1989) e Manacorda (1990). A pesquisa enquanto viés quantitativo, neste sentido, possibilitam a apreensão dos objetivos da pesquisa, assim, como o caráter qualitativo da pesquisa permite compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas.

A pesquisa documental foi construída a partir de três etapas: a pré-análise, a organização de documentos e a análise dos resultados. Na pré-análise gostaríamos de compreender como o município tem se organizado para cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação no quesito da qualificação profissional, para isso analisamos as estratégias do PME, para se ter uma referência analítica organismos os documentos necessários para referência como PME, PNE e os dados nacionais em sites do IPEA. A nossa análise documental tem como perspectiva a crítica dialética que através de sua apreensão do real nos possibilitou comparar os planos municipal e nacional e quais os principais desafios para implementação de políticas de incentivo à qualificação profissional.

Para sistematizar as discussões empíricas para efetivação da análise foi realizada pesquisa documental ancorada nos dados na plataforma do PNE em Movimento do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC e o PME-SJE. O SIMEC é um portal operacional e de gestão do MEC, que trata do orçamento e monitoramento das propostas on-line do governo federal na área da educação. É no Simec que os gestores verificam o andamento dos Planos de Ações Articuladas em suas cidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SISTEMA VIGENTE E AS REPERCUSSÕES NO CENÁRIO EDUCATIVO

Dissertar acerca da racionalidade humana requer a exigência de um esforço teórico que antecede esta discussão, é necessário recuperar a centralidade do seu fundamento ontológico, a categoria trabalho. Obviamente que esta categoria não está isolada no âmbito da apreensão analítica dos estudos do ser, existem

outras categorias que, juntas, como a linguagem, a educação e a sociabilidade juntamente com a subjetividade humana formam um complexo de múltiplas determinações que fazem com que o pressuposto marxiano: de que para os homens viverem é preciso transformar a natureza (MARX, 2008).

Mas, este trabalho não centraliza-se apenas na transformação da natureza, muito pelo contrário, ela possibilita a mudança no sujeito que trabalha. Para Marx (2008), na mesma medida em que o homem transforma a natureza, por meio do trabalho, ele se transforma a si mesmo automaticamente. Pois, tudo que o homem faz é resultado de um processo inteligível inerente à condição humana, através do raciocínio que ele consegue antecipar os resultados de sua ação e criar expectativas para o seu resultado.

Essas ações são justamente as que permitem que distingam os seres humanos dos demais seres vivos, pela capacidade de teleologia que permite ao indivíduo realizar antes, na sua mente, o que se pretende realizar. Outro complexo ligado a essa categoria é a socialidade, pois, o desenvolvimento das forças produtivas só acontecem no interior das relações sociais. Junto desses complexos as capacidades humanas de falar, escrever, comunicar e acumular saberes torna possível o melhoramento do relacionamento da natureza.

Portanto, a premissa marxista é de que o trabalho é a categoria fundante do ser social por sua relação com outros complexos da vida social (cultura, linguagem, valores, etc.) em que, neste processo, “o conhecimento teórico emerge do processo histórico-social como resultado elaborado das atividades humanas dirigidas à satisfação de necessidades materiais e espirituais” (FORTI; GUERRA, 2009, p. 13).

Contudo, as formas de racionalidade típica da sociedade burguesa se encontram em contextos específicos, com abordagens específicas, em que, ontologicamente falando, apresenta-se de forma decadente, pois, a organização da produção material da vida na sociedade vigente perpassa por uma série de desafios em que há valorização de uma classe social em detrimento de outra.

A racionalidade moderna é resultado de um longo processo de revoluções científicas (séculos XVI e XVII), que mostraram avanços científicos principalmente nas ciências da natureza e nas áreas

das exatas, mostrando relevância na história da humanidade. É um momento de ruptura com a lógica da compreensão do homem, do mundo e da natureza por meio da fé/religião, é a época caracterizada pelo primado da razão (COUTINHO, 2010).

A realidade dos fatos passa a ser reconstruída por meio da racionalidade moderna, em que as mudanças provocadas ganharam espaço em outras áreas do conhecimento como na economia, na política, nas artes, na ética, etc. Neste sentido, a razão moderna constitui de um movimento meramente progressista, mas não permanece com esse caráter desde o início do segundo quartel do século XIX, quando a classe trabalhadora toma consciência de classe em defesa dos interesses antagônicos aos da burguesia. O período de decadência é caracterizado pela negação da razão e o abandono parcial/total da cientificidade, a acentuada divisão do trabalho, a intensa especialização das ciências e sua ideologização - a justificativa teórica da realidade se apresenta como conformismo surgindo individualismo, historicismo subjetivismo e o irracionalismo (COUTINHO, 2010).

Para o cenário educativo essa forma de ver a realidade causa diversos problemas no que concerne ao fazer ciência, ao produzir conhecimento científico porque os agentes envolvidos estão sujeitos a perpetuar os ideais da ordem do sistema vigente ou buscar superá-la pela veia crítica ao modelo educacional contemporâneo.

O positivismo, como corrente ideológica emergente do processo do irracionalismo, concebe os fenômenos sociais como imutáveis e seus males como inevitáveis, cabe aos sujeitos "o papel de resignação e conformação" (LOWY, 2008). Na esfera da educação houveram contribuições pertinentes no campo do planejamento escolar, no uso de tecnologias, no ensino profissionalizante e na aplicação do conhecimento científico. Porém, a visão profissionalista da educação "é o principal entrave à existência de uma verdadeira formação universitária que tem a função de desenvolver a versatilidade intelectual da pessoa, de criar homens de mentalidade e sensíveis às necessidades dos outros homens de seu tempo" (PAVIANNI, 1991, p.53).

Essa visão tecnicizada da educação perpassa os muros das escolas técnicas, na medida em que tecnicizados o conhecimento

como um todo tudo que parte para a empiria - do que pode ser testado - é visto com maior relevância, do contrário não é visto como ciência. E esta visão deturpada do que “é ou não ciência” acaba ganhando contornos em outros espaços sócio-ocupacionais.

A educação quando influenciada pelos ideais positivistas carece de incentivo no desenvolvimento do pensamento crítico, para evitar que o consenso do obscurantismo e da aceitação que as questões sociais sejam naturalizadas. É importante buscar a razão em meio ao desenvolvimento do pensamento crítico, mas, não limitar o conhecimento científico como o único importante e eficaz, é necessário evitar os reducionismos, pois, é nesse modelo de educação que identifica-se a fragmentação do conhecimento e da especialização.

Nos moldes formais de educação, o tecnicismo relega à formação humana o papel secundário para professores e alunos tornando-os mero executores “de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle, ficam a cargo de especialista supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais” (SAVIANI, 1994, p. 24). Relega-se no senso comum a necessidade da qualificação profissional como meio para se obter melhores condições de vida, ainda que os meios para o (in)sucesso profissional não sejam questionados, como o adoecimento do docente, a falta de melhores condições de trabalho, a não democratização do ensino, a falta de perspectiva por melhores salários.

E isso, faz com que os saberes da classe-que-vive-do-trabalho sejam desprezados e as atividades postas à esta classe tenham caráter rotinizador de qualificação limitadora e empobrecedora, tanto no conhecimento teórico quanto nas práticas de trabalho. Soma-se a isto a falta de interesse do Estado em investir em programas de qualificação que viabilizem, não só, a melhoria na formação profissional, como, também, a melhoria no fazer-saber científico.

Partindo desse pressuposto, cabe-nos analisar o cenário em que estão inseridos os docentes do Brasil e as nuances que se desdobram em torno de sua qualificação profissional.

O CENÁRIO NACIONAL DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM TORNO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Partindo do pressuposto de que a escola é tida como um aparelho ideológico do Estado e que esta, por sua vez, na sociedade de classes, contribui para a dualidade educação x trabalho sobre a lógica da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, em que, “de um lado, no trabalho manual, a educação se realiza concomitantemente com o próprio trabalho” (SAVIANI, 1994, p. 155), mesmo os que exigem alto grau de qualificação/especialização; do outro, a educação é vista como meio de se obter a educação formal no trabalho intelectual para preparação de futuros dirigentes.

Se na sociedade feudal os meios de produção eram voltados apenas à subsistência possibilitando, quando acúmulo, a troca de mercadorias; na sociedade capitalista reduz-se a necessidade de uma qualificação específica sendo viabilizada pela máquina que, por conseguinte, materializou as funções intelectuais humanas no processo produtivo carecendo à escola essa objetivação.

A segmentação e fragmentação dos processos educativos tornam-se fatores determinantes de subordinação ao capital (KOSIK, 1976), pois as necessidades e demandas estão acordadas com as formas de sociabilidade que assume. Para Frigotto (2010) a educação é concebida como prática social que se define como conjunto das relações sociais, sendo ela mesma uma forma específica de relação, pois o sujeito dos processos educativos é o homem e suas necessidades - materiais, biológicas, psicológicas, estéticas, etc.

Este problema entre a divisão de conhecimentos intelectuais e manuais, para Kuenzer (1989), é uma questão na educação de caráter político que não existe, pois todo trabalho possui as dimensões técnicas e intelectuais. Essas mudanças são próprias do sistema capitalista que alteram a organização do trabalho exigindo uma proposta de escola que preserve a essência humanística e atenda aos interesses da indústria moderna (MANACORDA, 1990).

No caso brasileiro as mudanças políticas, econômicas e sociais, na década de 1990, intensificaram as mudanças na economia do capitalismo internacional. O contexto de reestruturação produtiva caracterizou-se pela inovação tecnológica, elevação de

produtividade, reorganização da força de trabalho, estrutura do emprego e hierarquização da qualificação da força de trabalho.

Outra tendência da dinâmica societária no mundo do trabalho está a sua precarização presente na subcontratação, nas condições precárias, nas jornadas de trabalho, nas destituições dos direitos trabalhistas, etc tendenciando a abertura de mercados consonantes ao aumento da competitividade. Assim, as exigências para se manter no “mercado” vieram sobre outras formas de exploração, como, exigência de maior escolaridade e maior capacidade de adaptação às mudanças constantes no cenário econômico/trabalhista.

Para a educação, o ambiente da globalização exige maior ênfase no mercado exigindo profissionais com aptidão intelectual para adaptar técnicas e até mesmo modificar de função. A educação passa por um processo de reordenação impondo às antigas qualificações e competências dos trabalhadores novas exigências marcadas por novos processos produtivos (MANFREDI, 2002).

Observa-se que a sociedade moderna impõe o significado de qualificação à sua forma, pois ao introduzir a separação do trabalhador ao seu produto do trabalho, gerando a dualidade entre qualificação do trabalho - qualificação do posto de trabalho e isso faz com que a qualificação não se origine do trabalho, mas que se torna mensurável, apenas. Aqui há uma convergência do sistema produtivo com o sistema educativo quando põe a qualificação como patamar de elevação do trabalho (TARTUCE, 2004).

Com tais mudanças no mundo do trabalho e no cenário da empregabilidade já nem se pensa mais em formar para o posto do trabalho, está se pensando agora em formar para se manter no emprego, via mercado em constante mutação (BRASIL, 1995).

Para o professor essa dinâmica não é diferente, tanto por estar inserido na divisão social e técnica do trabalho, quanto por estar inserido na base do processo de formação pessoal. O meio de regulação que incide sobre o trabalho do docente, com especificidade na Educação Básica, é referente ao processo de institucionalização escolar, que tem no Estado seu regulador. Para o serviço público, o Estado transformou o professor em funcionário público especializado, com direitos, salário, carreira e aposentadoria (SOUTO, 2005).

O valor social do professor dá-se a forma como estes são tratados pelo Estado, pois, os aspectos que normatizam o seu trabalho

na medida que instituem a sua função tornam-se fundamentais para a compreensão de sua função social. O reconhecimento do Estado na melhoria das condições de vida e de trabalho desta categoria são imprescindíveis para essa forma de enxergar o papel do docente.

O debate internacional, em 1990, sobre a melhoria da qualidade de educação, promovido principalmente pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial, tem o professor como peça fundamental para garantia dessa qualidade dando responsabilidade para o Estado no que diz respeito às condições de trabalho e a garantia de uma formação de qualidade (CORREIA; MATOS, 1999).

Ainda assim, as políticas educativas no Brasil, deixam margem para compreensão equivocada da consideração do Estado na melhoria das condições objetivas de trabalho dos professores. Os salários comparados às profissões com ensino superior não são atraentes; quanto à valorização da carreira, mesmo com a LDB 9.394/96, não se tem planos estruturados, além da falta de perfil solicitado (GATTI; BARRETO, 2009).

Ao professor recai a responsabilização pela qualidade do ensino, estabelecendo automaticamente maiores exigências sobre seu trabalho como habilidades especializadas. Porém, na maioria das vezes, não se faz uma ponte analítica sobre a valorização da carreira do profissional. A maioria dos municípios e estados da federação tem no Ensino Superior o grau mínimo de escolaridade para exercer a docência nos variados níveis da Educação Básica (GATTI; BARRETO, 2009).

Ainda sobre a valorização, vale destacar os dados do Censo 2020 que traz:

(...) entre os docentes de ensino médio, 97,1% têm nível superior completo: 89,6% em licenciatura e 7,4%, bacharelado. Parece uma boa notícia. que preocupa, porém, são os de **professores sem formação na disciplina que ensinam**. No ensino médio, eles são 35%. Nos anos finais do ensino fundamental, 43%. O quadro mais crítico é no Nordeste, onde 54% dos professores de ensino médio e 41% de ensino fundamental II têm **formação apropriada**. Na região Norte, o índice também é baixo: só 44,2% dos docentes na última etapa

do ensino fundamental possuem diplomas de graduação e de licenciatura na disciplina que ensinam.

A movimentação da carreira implica em: progressão funcional, acesso, promoção, progressão horizontal de valorização por mudança de nível, promoção de nível, evolução funcional por título, progressão profissional, progressão funcional por acesso, ascensão, crescimento vertical, sendo a progressão vertical a mais recorrente (GUTIERRES *et al.*, 2013) e esta progressão muitas vezes é conseguida pelo esforço único do professor, a exemplo, da gratificação pela qualificação profissional por mudança de nível - formação continuada -, em que, o professor é o único envolvido nessa relação sem incentivo do próprio Estado.

É importante destacar que o Plano de Carreira Educacional - PCE está contido no Plano Nacional de Educação - PNE, que inclusive propõe a valorização dos profissionais da educação obrigando a União, os estados, municípios e Distrito Federal garantam planos de carreira e remuneração para os profissionais da educação escolar básica pública, denominação definida no artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 2014). O PCE estabelece as condicionalidades para melhoria da qualidade da educação nacional via valorização profissional.

O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO EGITO - PE E OS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA META 14

O Plano Municipal de Educação concretiza-se a partir da aprovação do texto-base da Lei nº 603, de 18 de Junho de 2015 que lista 20 (vinte) metas que visam ser consolidadas por meio das estratégias que demandam ações provenientes dos entes federados, que darão os direcionamentos necessários e as responsabilidades aos setores competentes. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) reitera a necessidade de colaboração neste processo a fim de contribuir para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).

O PNE tem como pressuposto que os avanços no campo educacional devem redundar do fortalecimento das instituições (escolas, universidades, institutos de

ensino profissionalizante, secretarias de educação, entre outras) e de instâncias de participação e controle social. Isso se materializa em suas estratégias, que demandam ações provenientes de estados, municípios e da União, atuando de forma conjunta para a consolidação do Sistema Nacional de Educação. De outro lado, a execução do Plano requer a integração de suas ações com políticas públicas externas ao campo educacional, sobretudo as da área social e econômica, no que reafirma a intersetorialidade como um dos requisitos de seu sucesso (BRASIL, 2015, p. 14).

Todas as metas do PME de São José do Egito foram elencadas a partir do Plano Estadual de Educação de Pernambuco (PEE 2014/2024) em consonância com o PNE, com foco na melhoria da educação municipal. O percurso para a elaboração do PME foi precedido por um processo de debate com a participação da sociedade civil, de agentes públicos, entidades de classe, estudantes, profissionais da educação e pais/mães (ou responsáveis) pelos estudantes.

Estivemos, portanto, diante de um espaço mobilizador e democrático de diálogo e decisão que teve a finalidade de prosseguir a obra, reconhecer as heranças, perscrutar suas bases conceituais e materiais, fundamentar e atualizar a concepção de educação que respondesse aos objetivos e finalidades apontados pela prática social emancipadora e à pactuação da Constituição Federal de 1988 (CF) (ABICALIL, 2013, p.13).

Democratizar o ensino é, antes de tudo, investir em uma educação que tenha o docente como o centro de seu processo formativo. As metas 13, 14 e 15 do PME trazem estratégias que garantem a melhoria na formação docente e, conseqüentemente, atingem as demais esferas educativas - principalmente os discentes.

Antes de analisarmos a Meta 14 (objeto de nosso estudo neste trabalho), cabe-nos refletir sobre o objetivo da Meta 13 de ampliar o percentual de mestres ou doutores no corpo docente da educação superior nacionalmente para 75% foi atingido desde 2015, alcançando 81,3% em 2018. O objetivo de ter, no mínimo, 35% de doutores no corpo docente da educação superior foi atingido desde

2014, chegando, em 2018, a 44,1%. Porém, ainda é preciso analisar as desigualdades regionais significativas em relação à proporção de mestres e doutores na docência superior. A região Norte é a que possui o menor percentual de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado (74,2%), bem abaixo dos percentuais das regiões Sul (84,0%) e Sudeste (82,6%). O mesmo ocorre em relação ao percentual de doutores no corpo docente do ensino superior da região Norte (34,6%), comparado ao das regiões Sudeste (46,5%) e Sul (46,1%) (BRASIL, 2020).

Trataremos a partir de agora da meta 14 que visa “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.” A meta parece ser ambiciosa. As estratégias carecem de investimentos do poder público para sua efetivação (BRASIL, 2020).

O número de títulos de mestrado que aumentou no período de 2014-2016 continuou aumentando no período 2017-2018, chegando a 64,4 mil títulos concedidos no último ano, superando, assim, a meta de 60 mil títulos anuais estabelecida no PNE. O número de títulos de doutorado aumentou para 22,9 mil títulos concedidos em 2018, faltando um crescimento de aproximadamente 2,1 mil novos títulos ao ano para atingir a meta. Observou-se uma redução da taxa de crescimento dos títulos de mestrado e doutorado no período 2017-2018, sugerindo uma desaceleração da expansão da pós-graduação stricto sensu no Brasil (BRASIL, 2020).

A realidade atual, com atrasos na economia nacional podem retardar ainda mais as metas e os objetivos da educação brasileira previstos no PNE e, conseqüentemente no PME, o financiamento da educação, por exemplo, é uma meta que está estagnada com aparente declínio e que preocupa os municípios que veem o cumprimento das metas comprometido pela falta de financiamento.

Outro fator que requer olhar atento é o compromisso com a qualidade da educação básica. Esse compromisso leva à necessidade de políticas de formação de professores em que: (1) as Instituições de Ensino Superior formadoras e redes públicas de ensino estabeleçam maiores vínculos, atendendo às demandas específicas de formação por área ou por campo de conhecimento; (2) o corpo docente seja reconhecido como ator fundamental do

sistema educativo, tendo garantias de formação, capacitação permanente e apoio na elaboração de materiais didáticos que permitam tornar efetiva a qualidade do ensino básico.

O PME é um documento norteador das políticas públicas a serem adotadas no município, não podendo ser esquecido pelos agentes políticos nem, tampouco, pelos educadores que devem, rotineiramente, avaliar as estratégias, propor discussões sobre os desdobramentos para o cumprimento das metas para garantir que a avaliação e monitoramento do plano ocorra de forma democrática e com a responsabilidade cabível a todos os envolvidos.

O relatório de monitoramento do PME realizado em 2018 apontou para um crescimento significativo de docentes que ingressaram nos cursos de mestrado, número que sofreu diminuição no período de 2019-2022. Para a composição do relatório foi analisado o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Município (PCCR) no qual consta que há incentivos para que os profissionais da educação possam inserir-se nos cursos de pós-graduação, sendo garantido o direito de afastamento e garantia da manutenção da remuneração integral, bem como, gratificação por nível de escolaridade. É notório que muito ainda deve ser investido, porém, percebemos que o caminho está sendo traçado, carecendo, portanto, de investimento público para garantir a efetivação do direito. A meta 14 é ambiciosa, porém, almejada por todos que fazem educação, por terem a certeza que investir no profissional da educação é garantir patamar elevado de educação de qualidade social. Os desafios são muitos, mas a história de luta democrática brasileira é histórica e eficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inevitável que o insumo tecnológico possibilitou um avanço considerável na produção do conhecimento no mundo moderno, mas esse avanço tem trazido consequências nem sempre positivas para o mundo do trabalho. Como fruto do processo de desenvolvimento das forças produtivas e da crise do sistema capitalista, o mundo do trabalho sofre algumas mudanças e, automaticamente, a classe que vive do trabalho também.

Arelada à essa dinâmica societária estão as condições de trabalho da classe que sobrevive da venda de sua força de trabalho,

para este grupo o cenário do mundo do trabalho é configurado por meio de diversas formas de contratação – com baixos salários, sem condições dignas de trabalho, com excessivas cargas/horárias, sub-contratação, novo perfilamento da classe operária.

Essas mudanças ocorrem em todos os espaços sócio-ocupacionais e têm na educação um importante papel para perpetuação do sistema, pois a forma como chega à classe trabalhadora faz com que esta se acomode relegando a si a única responsabilidade pelo seu sucesso profissional.

Para o professor da educação básica, por exemplo, não é diferente, embora esteja acobertado por uma série de documentos legais, parte desses profissionais buscam, por esforços próprios, a temida qualificação profissional. A avaliação dos professores deveria ser compensada também mediante critérios éticos e justos, pois, nem sempre os esforços individuais são reconhecidos e quando são os subsídios necessários para esta qualificação não parte do coletivo e fragiliza o perfil de educação de qualidade que se almeja.

É estrutural essa lógica neoliberal de responsabilizar o sucesso do indivíduo ao seu esforço individual – falso mérito – quando o que está por trás da ideia dominante na sociedade vigente é de que as pessoas que melhor trabalham são mais cobradas, mais vigiadas, as que tiverem maior incentivo financeiro (vinculados à produtividade). Há uma série de determinações por trás desse “mérito” de progressão pessoal simplificada, na maioria das vezes, por uma tentativa de ter uma condição salarial favorável à subsistência.

A partir da análise documental, de referenciais teóricos e das estratégias e ações propostas pelo município de São José do Egito – PE já é perceptível o cumprimento total da meta quanto à elevação de titulação de mestres no primeiro quinquênio de vigência do PME-SJE (2015-2025), sem, no entanto, dialogar com as proposições contidas nas estratégias relegando unicamente ao professor a busca pela sua qualificação profissional.

Apreendemos nesse estudo que as tentativas de qualificação profissional dos professores de São José do Egito – PE partiram do particular para o particular e não do geral para o particular, como deveria ser. O Estado não foi impulsionador para valorização profissional da categoria, embora não tenha negligenciado o direito à progressão. O que nos alerta para o fato de que enquanto este for

defensor da ideologia da classe dominante o que cai para a classe trabalhadora é o mínimo, é o reconhecimento individual e o preva-
lecimento da conquista pontual.

REFERÊNCIAS

ABICALIL, Carlos. Da CONAE ao novo PNE: a articulação do Sistema Nacional de Educação. In: PINO, Ivany Rodrigues; PACHECO E ZAN, Dirce Djanira (Org). **Plano Nacional da Educação (PNE):** questões desafiadoras e embates emblemáticos. Brasília, Distrito Federal: Inep, 2013. p. 13-34. Disponível em: Inep (www.gov.br)

BRASIL. Fórum Nacional da Educação. Plano Nacional de Educação. O Planejamento Educacional no Brasil. 2020. Disponível em: < http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020.** – Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em: Inep (www.gov.br)

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024:** Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.

_____. Ministério do Trabalho/Secretaria de Desenvolvimento e Formação Profissional. **Educação Profissional:** um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília: SEFOR, 1995.

_____. **Plano de Carreira - O PNE e a valorização dos profissionais da educação.** 2014. Disponível em: <https://planodecarreira.mec.gov.br/o-pne-e-a-valorizacao-dos-profissionais-da-educacao>. Acesso em: jan/2021.

CORREIA, J. A., & MATOS, M. (1999). Do poder à autoridade dos professores: o impacto da globalização na desconstrução da profissionalidade docente. In I. P. A. Veiga, & M. I Cunha (Org.), **Desmistificando a profissionalização do magistério** (pp. 9-30). Campinas-SP: Papirus.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FORTI, V; GUERRA, Y. "Na prática a teoria é outra?". In: **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. FORTI; GUERRA (orgs.), Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2009.

FRIGOTTO, G. **A educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

GATTI, B. A., & BARRETO, E. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GUTIERRES, D. V. G., CARVALHO, F. A. F., JACOMINI, M. A., & BRITO, V. L. F. A. de. (2013). **Planos de carreira de professores da educação básica em estados e municípios brasileiros no contexto da política de fundos: configurações, tendências e perspectivas** (Relatório sobre planos de cargos, carreira e remuneração do magistério da pesquisa "Remuneração de professores de escolas públicas de educação básica: configurações, impasses, impactos e perspectivas"), 2013.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, A. **O trabalho como princípio educativo**. Caderno de Pesquisa. São Paulo (68):21-28, 1989.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. 18. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

PAVIANNI, Jaime. **Problemas de filosofia da educação**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOUTO, R. T. (2005). **Recrutamento e qualificação de professores primários na Instrução Pública paulista (1892 – 1933)** – Um estudo das tecnologias de Estado. (258 pp.). Tese de Doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

TARTUCE, Gisela L. B. P. Algumas reflexões sobre a qualificação do trabalho a partir da sociologia francesa do pós-guerra. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.25, n.87, maio/ago 2004, p. 353-382.